

Negação de acesso financeiro

Uma abordagem irregular da dissuasão integrada

Cel Sara Dudley, Exército dos EUA

Ten Cel Steve Ferenzi, Exército dos EUA

Maj Travis Clemens, Exército dos EUA

Alerta sobre um 2028 hipotético: *A China cumpre sua promessa de “reunificar” Taiwan — pela força. Uma coalizão liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) tenta repelir a invasão, mas logo descobre que seu alcance operacional é, lamentavelmente, inadequado para defender Taipei. Os EUA mal conseguem manter um acesso teórico a portos marítimos, aeroportos e canais essenciais em todo o mundo, e a China tem todos. A ajuda e os investimentos em infraestrutura concedidos pela China, aparentemente “sem compromisso,” parecem vantajosos para os parceiros dos EUA, principalmente quando coordenados por autoridades estatais corruptas. Mas, com o tempo, o gradualismo coercitivo de Pequim consolidou o controle sobre os pontos estratégicos de projeção de poder no Oriente Médio, na América do Sul e na África. Sem acesso global e bases, a logística — espinha dorsal do poder de combate dos EUA — torna-se muito lenta. Enquanto isso, a China alcança o fait accompli da reunificação.*

Competição militar — mais do que combate tradicional

Como uma força de combate moderna, o Exército dos EUA tem dificuldade em compreender e expressar o que faz para “competir” além da assistência em assuntos de segurança, dos exercícios combinados e do dispositivo de forças.¹ Infelizmente, nossos adversários não têm a mesma dificuldade, pois integram com habilidade a política econômica com a coerção militar para promover

seus interesses na zona cinzenta abaixo do limiar da guerra.² A política econômica é uma capacidade decisiva do adversário, que permite o acesso aos estados visados, mas a corrupção associada é uma vulnerabilidade que pode ser explorada.³ As capacidades financeiras das Forças Armadas devem complementar o combate tradicional para tirar proveito dessa responsabilidade e expandir o arsenal coercitivo dos EUA, de forma totalmente integrada com parceiros interagências nos Departamentos do Tesouro, Comércio e Estado.

A reformulação e o emprego do combate ao financiamento de ameaças (*counter threat finance*, CTF) como uma atividade de competição militar contra a China e a Rússia para negar o acesso financeiro e a influência sobre os parceiros e aliados dos EUA oferece um método irregular de fortalecer a “dissuasão integrada,” pilar da *Estratégia de Defesa Nacional (National Defense Strategy, NDS)* de 2022.⁴ A expansão dos construtos de CTF atuais para incluir considerações sobre o financiamento de forças amigas e a compreensão da totalidade dos ambientes fiscal e econômico permite que os esforços mais vigorosos de CTF protejam contra o apoio não intencional a *proxies*, agentes poderosos corruptos e empresas estatais de adversários. A clareza nesse quadro operativo comum financeiro único viabilizaria uma política estadunidense mais ampla e verdadeiramente integrada, como vislumbrada pelo Secretário de Defesa Lloyd Austin.



(Montagem feita com imagens do Adobe Stock Images)

Uma abordagem holística de CTF em relação à competição — baseada nas lições extraídas da luta de contra-terrorismo durante décadas — oferece às comunidades de sustentação^{NT1}, inteligência militar e operações especiais do Exército uma nova maneira de apoiar os comandos geográficos conjuntos. Isso representa uma próxima etapa tangível, uma vez que o apoio de sustentação utiliza atualmente a contratação como parte significativa da preparação do teatro de operações.⁵ Diferentemente do atual Programa de Aumento Civil de Logística (*Logistics Civil Augmentation Program*), essa abordagem ofereceria uma gama ampliada de opções para complementar medidas de escaladas mais significativas abaixo do limiar da guerra, como os bloqueios.⁶

Para apoiar a negação de acesso e influência financeira do adversário, o Exército deve empregar o CTF como uma atividade proativa de competição com componentes defensivos e ofensivos. Isso exige uma

preparação fiscal do ambiente, por meio da qual os financiadores realizam análises de risco econômico, aplicam estruturas de conformidade contra lavagem de dinheiro/combate ao financiamento do terrorismo (*antimoney laundering/countering the financing of terror*, AML/CFT) e fundamentam o planejamento para evitar que as verbas cheguem a redes de apoio, criminosas ou de clientelismo de *proxies*. Em conjunto, os financiadores e as forças de operações especiais (F Op Esp) do Exército, trabalhando em equipes multifuncionais, desorganizam e desmantelam essas redes.

Combate ao financiamento de ameaças (in)definido

Financiamento de ameaças é um termo amplo que inclui os métodos de financiamento usados por terroristas, criminosos e Estados adversários.⁷ Para o Departamento de Defesa dos EUA, o financiamento de ameaças incorpora especificamente “redes ilícitas que traficam narcóticos, armas de destruição em massa, dispositivos explosivos improvisados, outras armas,

NT1: A “sustentação”, no Exército dos EUA, compreende quatro áreas (logística, saúde, recursos humanos e finanças).

pessoas, substâncias químicas precursoras e atividades relacionadas que apoiam a capacidade de um adversário para prejudicar os interesses dos EUA.”⁸

Infelizmente, essa definição de 2010 está ultrapassada e não enfatiza o papel adversário dos Estados — especialmente na competição estratégica atual — e não aborda o fato de que o Departamento de Defesa pode ser a principal fonte de receita do adversário. A lacuna mais significativa, no entanto, é a desatenção quanto ao uso legítimo, porém coercitivo, da política econômica que caracteriza as abordagens chinesa e russa.⁹

Novas frentes de coerção por meio da política econômica

A política econômica implica o uso de meios econômicos para atingir uma meta de política externa. Alguns exemplos são a política comercial, estruturas financeiras, negócios privados, manipulação cambial e influência sobre empresas estatais. Com intenções malignas, um Estado pode usar esses mecanismos para pressionar um governo estrangeiro a ponto de causar danos graves à sua economia. Alternativamente, um Estado pode incentivar o governo visado a adotar políticas que apoiem seus objetivos.¹⁰

A China busca uma política econômica aproveitando dependências comerciais e de investimento, oferecendo ajuda financeira a indivíduos e instituições importantes dispostos a apoiar seus interesses e mobilizando empresas estatais para atingir os objetivos de Pequim.¹¹ Especificamente, a China usa sua Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” (Belt and Road Initiative, BRI) para explorar investimentos maciços em infraestrutura, como estradas, ferrovias, portos e comunicações eletrônicas, em países vulneráveis. A BRI serve como um mecanismo para que a China não apenas obtenha acesso aos principais líderes políticos do mundo e molde seu comportamento, mas também para que controle a infraestrutura essencial e se infiltre ou se aproprie de redes de comunicação e sistemas de vigilância.¹²

O Sri Lanka é um exemplo disso. No período que antecedeu a eleição de janeiro de 2015 no Sri Lanka, a China Harbor Engineering Company doou mais de USD 7 milhões para financiar a campanha do então presidente em exercício, Mahinda Rajapaksa. Essa empresa estava construindo o polêmico porto de Hambantota, no distrito natal de Rajapaksa, um projeto que este apoiava. Embora Rajapaksa tenha perdido as eleições, o Sri Lanka também não pagou seus empréstimos em 2016 e cedeu por 99 anos o controle do porto à China Merchants’ Port (uma empresa estatal mista). A construção do porto proporcionou à China um vetor para influenciar as eleições no Sri Lanka, bem como uma infraestrutura estratégica para apoiar sua marinha.¹³

De forma semelhante, a Rússia usa a política econômica manipulando a dependência energética regional, ajudando milícias e organizações criminosas e mobilizando a diáspora russa nos países visados.¹⁴ A primeira inclui ameaças de aumento de preços e interrupção do fornecimento de gás e petróleo russos, além de cortes reais no abastecimento de energia para fins políticos. A última inclui esforços para construir relações comerciais e com a mídia, inserir-se em organizações oficiais e prover recursos para *proxies* armados. O acordo russo-ucraniano de Kharkiv, de abril de 2010, exemplifica a abordagem econômica preparatória da Rússia, que criou condições para a



Navios porta-contêineres atracam no porto de Hambantota, no Sri Lanka, em 27 de setembro de 2013. O Sri Lanka foi forçado a ceder o controle do porto à China por 99 anos depois de não pagar os empréstimos feitos com o país. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

anexação da Crimeia em 2014 ao permitir que a Frota do Mar Negro, pertencente à Rússia, continuasse posicionada em Sevastopol até 2042 em troca da redução significativa no preço do gás natural russo.¹⁵

Para ajudar a negar o acesso financeiro chinês e russo, o Exército deve empregar um novo construto de CTF. A arquitetura internacional na qual o Grupo de Ação Financeira (grupo de vigilância contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo) e as unidades internacionais de inteligência financeira lidam com o risco, a detecção e a fiscalização do cumprimento das exigências da Lei de Sigilo Bancário em relação a AML/CFT representa um modelo subutilizado que os profissionais militares de finanças e controladoria devem aplicar ao considerar os fornecedores. A geração de uma infraestrutura similar de verificação baseada em risco e um quadro de profissionais focados em identificar e negar o acesso do adversário ao financiamento das forças amigas forneceria mecanismos para competir com esses atores. A evolução de como o Exército aborda a preparação do teatro de operações é a forma ideal de promover essa mudança.

Preparando o teatro de operações — uma mentalidade ultrapassada da guerra de ontem

Como uma das cinco competências essenciais do Exército, *preparar e sustentar o teatro de operações* “é vital para permitir que a força conjunta obtenha a iniciativa, ao mesmo tempo que restringe as opções da força

inimiga.”¹⁶ A preparação do teatro de operações

A Cel Sara Dudley é oficial de finanças e controladoria do Exército dos EUA e atua como Diretora de Operações e Apoio no Gabinete de Orçamento do Exército, no Pentágono. Suas funções anteriores envolveram trabalho direto no combate ao financiamento do terrorismo. É formada pela Academia Militar dos EUA, tem MBA pela Harvard University e mestrado em Integridade Financeira pela Case Western Law School.

O Ten Cel Steve Ferenzi é estrategista do Exército dos EUA e oficial das Forças Especiais servindo na divisão de planejamento (J-5) do Comando Central de Operações Especiais dos EUA. Contribuiu para o desenvolvimento do Anexo sobre Guerra Irregular da *Estratégia de Defesa Nacional* de 2018 e tem mestrado em Assuntos Internacionais pela Columbia University, School of International and Public Affairs.

inclui o estabelecimento de acesso e infraestrutura para apoiar as operações da força conjunta. O Exército apoia os comandos geográficos conjuntos por meio de seus comandos componentes do Exército (*Army Service Component Commands, ASCC*) — os exércitos do teatro de operações, como o Exército dos EUA no Pacífico — como parte de suas responsabilidades conforme o Título 10 [lei do Código dos EUA que trata das Forças Armadas], de apoio do Exército às outras Forças, e como agente executivo.

A abordagem tradicional para preparar o teatro de operações se concentra em operações de combate em larga escala. De acordo com a doutrina do Exército, “o propósito da preparação de um teatro de operações é estabelecer condições favoráveis para a rápida execução de operações militares e dos requisitos de apoio para um plano de operações (P Op) específico durante uma crise ou conflito.”¹⁷ Para atender a esse requisito, o Exército mantém capacidades que incluem “apoio de inteligência; comunicações; abertura de portos e campos de pouso; logística; defesa antiaérea baseada em terra; defesa química; e recepção, concentração, movimento para as linhas de frente e integração.”¹⁸

O apoio de contratados e as finanças dentro da função de sustentação desempenham um papel significativo.¹⁹ O manual mais recente sobre operações de sustentação trata do *apoio operacional de contratados* (*operational contract support, OCS*), “o processo de planejamento e execução do apoio de contratados durante operações de contingência” e o sistema bancário e desembolso, as “atividades de gestão financeira que vão desde o apoio monetário às operações militares [...] até o fortalecimento das instituições financeiras locais.”²⁰ No entanto, considera apenas brevemente a segurança

operacional relativa ao uso, por parte dos fornecedores, de cidadãos locais que possam prestar informações sobre as forças amigas.

O Maj Travis Clemens é oficial de assuntos civis do Exército dos EUA no Comando dos EUA para o Indo-Pacífico e serviu em diversas missões na África e no Oriente Médio. É autor do Report 20-4 da JSOU, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*.

Um argumento mais forte a favor do papel central do exército de teatro de operações na dissuasão se baseia em seus compromissos com parceiros, na vantagem informacional e em atividades de



(Figura dos autores)

Figura 1. Combate ao financiamento de ameaças em todo o espectro de poder para moldar o comportamento desejado

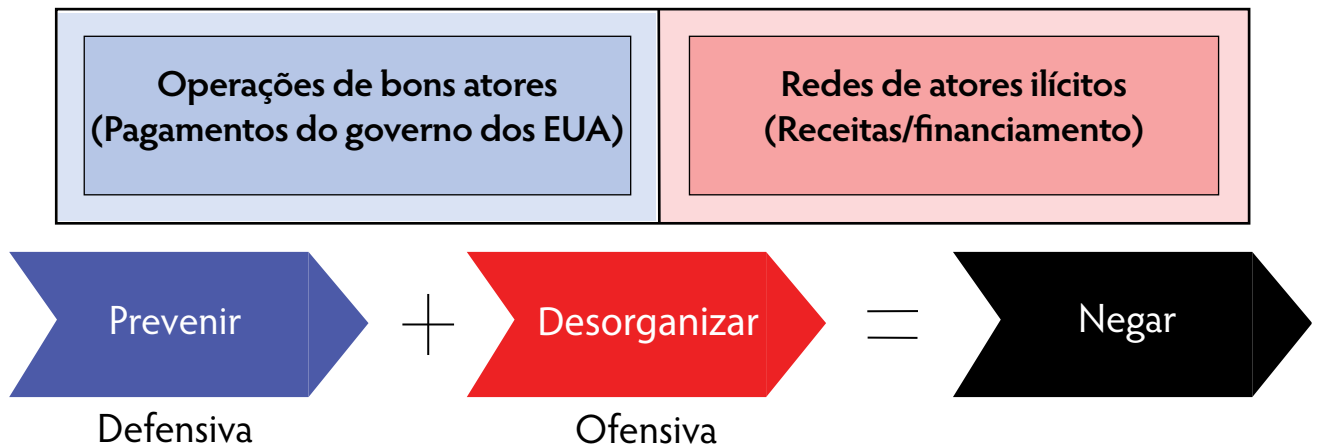
sustentação mediante uma abordagem ativa de campanha para moldar o ambiente.²¹ Infelizmente, essa ainda é a visão de uma minoria. Uma estrutura para preparar o teatro de operações deve ir além de permitir o acesso e a sustentação principalmente para conflitos armados e incluir explicitamente a *negação do acesso financeiro aos adversários* por meio do CTF, como parte de um kit de ferramentas de dissuasão integrado e abrangente.

Preparação assimétrica do teatro de operações — uma nova mentalidade para a dissuasão integrada atual

Uma abordagem de CTF para preparar o teatro de operações deve enfrentar esse desafio através da lente da *coerção* — a capacidade de influenciar um ator a fazer algo que não deseja. O renomado acadêmico Thomas Schelling escreveu que a coerção engloba duas formas básicas: *dissuasão e compulsão*. A dissuasão reforça o comportamento do *status quo* ao impedir

que um alvo pratique ações indesejadas, enquanto a compulsão busca alterar o comportamento do alvo.²² A NDS de 2018 enfatizou como as potências revisionistas “aumentaram os esforços abaixo do limiar do conflito armado mediante a expansão da coerção para novas frentes”, enquanto a nova NDS de 2022 alça a “*dissuasão integrada*” à posição de principal linha de esforço.²³ O Exército deve refletir sobre coerção de novas maneiras — especificamente sobre a *dissuasão irregular* — para acompanhar o ritmo (veja a Figura 1).²⁴

A maioria das análises da contribuição das Forças Armadas dos EUA para a coerção tende a se concentrar em demonstrações de compromisso (forças em posições avançadas e assistência em assuntos de segurança); aplicação do Direito Internacional em espaços do domínio público internacional (demonstrações de força, como operações de liberdade de navegação); e usos limitados de força letal (ataques aéreos de precisão).²⁵ Esses estudos não incluem medidas econômicas ou financeiras além



(Figura: Cel Sara Dudley e Cel David Vandevander)

Figura 2. Construto de combate ao financiamento de ameaças defensivo e ofensivo

do apoio às sanções.²⁶ Esta nova abordagem amplia as opções pelas quais o Exército pode contribuir para a dissuasão geral ao negar ao adversário o acesso financeiro aos recursos do teatro de operações, além de contribuir para uma progressão de escalada de governo como um todo que vincule melhor as Forças Armadas aos instrumentos econômicos e financeiros na gestão de crises.²⁷

A dissuasão clássica, respaldada por grandes formações convencionais e armas nucleares, baseia-se na sinalização do poder de prejudicar o adversário caso ultrapasse uma linha vermelha.²⁸ Por outro lado, a dissuasão da coerção de zona cinzenta exercida por meio da política econômica requer novas formas de abordar as vulnerabilidades que a Rússia e a China exploram nos Estados visados.²⁹ O combate ao financiamento de ameaças oferece um mecanismo de “dissuasão irregular” por meio da *negação do acesso financeiro*, que funciona segundo a lógica de tornar o alvo (políticos corruptos, negócios locais, organizações criminosas etc.) demasiadamente difícil ou dispendioso para ser comprado e aproveitado.³⁰

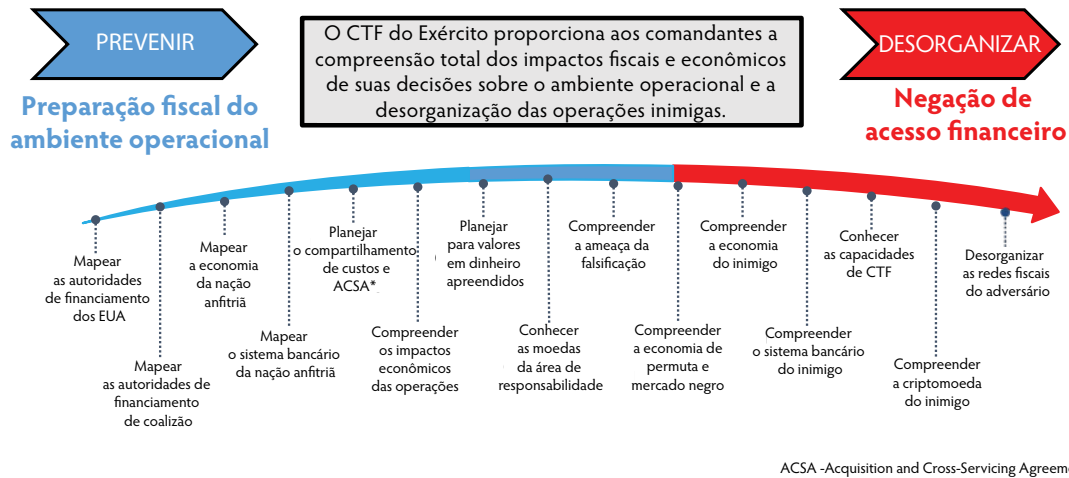
O combate ao financiamento de ameaças abrangeria todo o espectro, desde ações defensivas gerais para impedir que o dinheiro dos EUA e de parceiros inadvertidamente financie adversários por meio do OCS (por exemplo, mitigação de ameaças de fornecedores) até operações ofensivas, especificamente no ambiente de informações contra os nós em fluxos de financiamento de adversários. Reformular a abordagem tradicional do CTF para “negar” os fluxos financeiros de atores ilícitos em termos de

operações defensivas e ofensivas amplia a garantia de que o financiamento não chegará às redes adversárias e reduz a eficácia da coerção econômica (veja a Figura 2).³¹

Medidas preventivas: viabilizando a resiliência financeira dos parceiros nos comandos componentes do Exército

Os esforços atuais em relação ao CTF se concentram principalmente no financiamento usado para fins de envolvimento em atividades terroristas e apoio a redes ilícitas. As redes visadas lidam com tráfico de narcóticos, armas de destruição em massa, dispositivos explosivos improvisados, armas e materiais relacionados que apoiam atividades malignas.³² O crime organizado transnacional, muitas vezes coordenando e facilitando essas atividades, também exige atenção dessa mesma comunidade de ação. A reformulação do CTF em um contexto mais amplo exige a compreensão da “negação” do financiamento em uma estrutura mais ampla de prevenção e desorganização que vai além da descrição de “negar, desorganizar, destruir ou derrotar” da doutrina atual.

Impedir que os fundos cheguem às redes adversárias tem como objetivo possibilitar a resiliência financeira, protegendo contra a coerção econômica do adversário. Ao considerar a necessidade de evitar que fundos de sustentação de forças amigas cheguem a atores ilícitos, o ambiente operacional financeiro é de grande preocupação para os planejadores e as forças financeiras. A aplicação



(Figura: U.S. Army Finance Corps Working Group)

Figura 3. O espectro do combate ao financiamento de ameaças, desde a preparação fiscal do ambiente até a negação do acesso financeiro

de análises de risco financeiro e de estruturas de conformidade do tipo AML/CFT nas unidades financeiras que efetuam pagamentos apresenta um benefício duplo. Em primeiro lugar, a verificação adicional e a conscientização econômica oferecem mais garantias para evitar que as verbas estadunidenses gastas em OCS cheguem a redes criminosas, de corrupção ou clientelismo, ao mesmo tempo que apoiam, de forma secundária, resultados econômicos locais positivos.

Para capacitar todo esse espectro de considerações financeiras e econômicas, uma “preparação fiscal do ambiente” produz um retrato das condições financeiras e econômicas em uma área geográfica (veja a Figura 3).³³ Essa estimativa preparatória em andamento define a base para um CTF ampliado.

Preparação fiscal do ambiente

A preparação fiscal do ambiente começa com a definição do ambiente operacional fiscal e econômico conhecido. Essa etapa de pesquisa preparatória disponibiliza as informações subjacentes para avaliar a situação e determinar os controles necessários para reduzir os riscos nas transações financeiras. Os parâmetros gerais se comparam à análise de riscos de AML/CFT que uma instituição financeira realizaria em categorias de risco diferentes em um elemento de conformidade. O manual do Conselho Federal de Exame de Instituições Financeiras (*Federal Financial Institutions Examination Council*) descreve os elementos em

categorias específicas de riscos de produtos, serviços, clientes, entidades, transações e localizações geográficas.³⁴ Considerações mínimas de equivalência militar para unidades financeiras implicariam uma pesquisa detalhada que incluísse os seguintes aspectos: risco geográfico associado a sistemas bancários locais, sistemas de transferência de valores subjacentes da sociedade, mercado negro conhecido ou negócios ilícitos proeminentes e identificação de empresas ou indivíduos sancionados ou restritos.

Essas etapas facilitam a produção de modelos financeiros e calcos para apoiar a tomada de decisão na área de operações de um comandante. Tais modelos descreveriam os fornecedores aprovados, as atuais políticas e fiscalização locais de AML/CFT, a situação internacional dos bancos locais, a política de gestão de caixa, as plataformas de pagamento digital aprovadas e a densidade esperada das forças estadunidenses, os requisitos de suporte de contratados e as capacidades.

Moldando o ambiente operacional fiscal

A clareza das condições econômicas em áreas de alto risco de AML/CTF e propensas à manipulação por atores ilícitos serve de base ao planejamento para a criação de um ambiente econômico mais propício. A modelagem do ambiente operacional fiscal utiliza as partes vulneráveis identificadas das economias para definir como a manipulação fiscal ou econômica externa poderia afetar as operações.

As ferramentas do comandante para a visualização dos efeitos financeiros sobre as variáveis ambientais (PMESII-PT^{NT2}) e as considerações culturais (ASCOPE^{NT3}) devem ampliar a compreensão da posição da força terrestre e das vantagens fiscais relativas.³⁵ A identificação e o mapeamento das autoridades de financiamento estadunidenses e parceiras, as estimativas da capacidade de contratação local e as considerações civis, bem como a identificação do risco de AML/CFT específico da área local, completam essa área do espectro. Os elementos financeiros e de inteligência usam essa análise para apresentar controles de mitigação de riscos para fins de ação de CTF ao comandante com base em seu nível de tolerância ao risco.

Essa análise se traduz em uma capacidade de separar o planejamento de contingência, apreendido principalmente como um componente militar do poder nacional, dos componentes econômicos significativos que também existem. Considerando o tamanho e o escopo dos compromissos militares globais dos EUA, figurativamente, um “e” minúsculo reside no “M” maiúsculo de DIMEFIL.^{36, NT4} O foco exclusivo no emprego letal das Forças Armadas (M) invalida a oportunidade de influenciar a competição por meio de dólares de serviços contratados (“e” minúsculo) que os comandantes dispenderão no apoio às operações, de qualquer forma. A aplicação inteligente dos requisitos de dólares de serviços contratados permite que as Forças Armadas promovam a resiliência fiscal da nação parceira e viabilizem ações apropriadas para os parceiros interagências.³⁷

Medidas desorganizadoras: partindo para a ofensiva nos comandos de operações especiais do teatro de operações

As operações ofensivas da comunidade de F Op Esp completam os esforços de negação do acesso financeiro. Trabalhando como equipes multifuncionais por meio dos comandos de operações especiais do teatro de operações (*theater special operations commands*, TSOC), os profissionais do corpo financeiro e das F Op Esp do Exército podem desorganizar e dismantelar redes

cruciais de corrupção que apoiam os interesses chineses e russos. A interseção entre CTF e operações especiais, principalmente as forças de assuntos civis e de operações psicológicas, pode ser mais eficaz no ambiente de informações. As F Op Esp desempenham várias funções essenciais que viabilizam o CTF, desde o reconhecimento civil até o envio de mensagens de precisão e a viabilização do alcance das autoridades nacionais por meio de parceiros interagências.

Impondo custos aos investimentos em infraestrutura

Em uma função de reconhecimento, uma equipe de assuntos civis das F Op Esp atuando como elemento de apoio civil-militar (*civil military support element*, CMSE) pode manter relacionamentos em áreas estratégicas por meio das quais consegue observar as atividades econômicas chinesas e seus efeitos. Novos canteiros de obras ou conversas sobre contratos com investidores chineses são tópicos frequentemente abordados em reuniões e interações rotineiras. O reconhecimento civil permite que os TSOC mapeiem o alcance da BRI e apliquem medidas de CTF direcionadas contra indivíduos e empresas associadas que facilitem o acesso da China.³⁸ Isso inclui servir como uma função de indicação e orientação para outros órgãos, como o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA (*Treasury Department's Office of Foreign Asset Controls*).

Com vistas à resiliência civil, as F Op Esp podem degradar os efeitos das operações de informação do adversário sobre as populações relevantes que permitam o acesso financeiro.³⁹ As F Op Esp apoiam o trabalho junto a organizações jurídicas e comunitárias para compreender melhor os processos alfandegários, de licenciamento ou permissões que devem ser exigidos e cumpridos para garantir sua soberania. As organizações não governamentais (ONGs), principalmente as voltadas para o meio ambiente, geralmente têm preocupações legítimas com os efeitos negativos das construções.⁴⁰ Por meio dos contatos da embaixada dos EUA e das ONGs, os CMSE podem ressaltar questões preocupantes relacionadas a projetos da BRI para as ONGs capazes de influenciar a nação parceira a se opor a esses projetos. Como a frustração popular continua a crescer com os acordos insustentáveis de dívida de infraestrutura nos países em desenvolvimento paralelamente à BRI, as campanhas de influência podem permitir que os parceiros

NT2: PMESII-PT refere-se aos fatores político, militar, econômico, social, informação, infraestrutura, ambiente físico e tempo — veja o modelo PMESII-AT no âmbito do Exército Brasileiro.

NT3: ASCOPE refere-se à área, estruturas, capacidades, organizações, população e eventos — veja a sigla AECOPE no âmbito do Exército Brasileiro.

NT4: DIMEFIL refere-se aos fatores diplomático, informacional, militar, econômico, financeiro, inteligência e segurança pública.

locais e as multinacionais desacreditem as atividades chinesas e inibam outros investimentos predatórios.⁴¹

Desfazendo as dependências energéticas

As F Op Esp podem desempenhar uma função semelhante contra a Rússia por meio de relações com embaixadas dos EUA, autoridades e civis influentes de nações parceiras. A Rússia cria uma vulnerabilidade crítica para si mesma ao usar as exportações de energia para manipular governos estrangeiros. Uma redução na demanda resultaria na redução da influência política de Moscou.

O reconhecimento civil pode identificar locais vulneráveis que detêm uma influência política desproporcional sobre a nação parceira. Esse fluxo de informações militares para a embaixada dos EUA permitiria maior transparência e uma nova proposta de valor a ser considerada na aplicação de recursos, talvez por meio da Corporação Financeira dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (*U.S. International Development Finance Corporation*), para estabelecer uma infraestrutura de energia alternativa para esses casos específicos. Ao visar locais específicos com o maior clamor público durante embargos de petróleo ou aumentos de preços, a nação parceira pode aliviar a pressão política sem alterar a infraestrutura energética de todo o país.

As F Op Esp poderiam também apoiar a resistência contra a coerção econômica russa, destacando a construção de dutos em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental ou regiões significativas do ponto de vista cultural. Os esforços focados na resistência, juntamente com medidas de CTF direcionadas, poderiam promover a determinação da nação parceira e a influência política contra os esforços da Rússia para persuadir seus principais líderes, negando acesso financeiro ao longo do tempo para reduzir a posição de vantagem do país.⁴²

Expondo e suplantando os fluxos de financiamento

Incentivar sistemas digitais de transferência de valores introduzidos de forma seletiva pode proteger ainda mais as populações em áreas propensas à coerção. As interações de operações especiais, por meio de eventos de treinamento e relacionamentos de longa data entre militares, poderiam evitar os métodos de pagamento ocidentais, geralmente em dólares estadunidenses, e

adotar plataformas locais de pagamento digital preexistentes, endossar pagamentos em criptomoedas ou oferecer acesso a um aplicativo descentralizado especializado com base na resposta às necessidades coletivas. As novas tecnologias de criptomoeda oferecem às comunidades um mecanismo complementar eficiente para criar moedas “cívicas ou urbanas” que apoiem o desenvolvimento econômico local, a coesão social e a participação ativa na sustentabilidade das comunidades locais.⁴³

A introdução desses mecanismos de pagamento digital permite transferências de valor distribuídas, resilientes e transparentes que dificultam a participação da China ou da Rússia em práticas econômicas predatórias. As altas taxas de adoção pela sociedade da tecnologia de criptomoeda de fontes abertas permitem a análise de onde os pagamentos acabam chegando e revelam as injeções externas de financiamento. A capacidade das F Op Esp para, de forma rápida, criar protótipos, testar, adquirir e implementar essa tecnologia oferece uma camada adicional de proteção contra pagamentos de sustentação operacional que cheguem a atores ilícitos, pagamentos secretos que cheguem a autoridades locais corruptas, a distorção dos mercados locais ou a geração de uma economia não sustentável.⁴⁴ Possibilita também que os EUA e seus parceiros possam competir com o Pagamento Eletrônico em Moeda Digital (*Digital Currency Electronic Payment*, DCEP) e o yuan digital chineses, além da criptomoeda russa (“CryptoRuble”), que tem como objetivo consolidar a influência dos adversários e desbancar o dólar estadunidense.⁴⁵

Aproveitamento das finanças como um sistema

Os planejadores podem otimizar os esforços para a negação do acesso financeiro amplo mediante uma estrutura de sistemas que enfatize a imposição de custos em todo o processo. Isso aborda as *entradas* financeiras (fluxos de financiamento físicos e virtuais), os *mecanismos de conversão* (empresas estatais e autoridades corruptas do governo) e os *resultados* (infraestrutura comercial e redes de *proxies*) (veja a Figura 4).⁴⁶ No início do processo, isso envolve o aumento dos custos de obtenção de entradas financeiras e o impedimento da conversão desse financiamento em resultados. No fim do processo, a desorganização dos resultados e a atenuação dos efeitos negativos sobre a população criam condições para



(Figura dos autores)

Figura 4. Combate ao financiamento de ameaças como um sistema

obrigar a mudança de comportamento do adversário e dissuadi-lo de futuras tentativas de coerção.⁴⁷

Aumentar os custos de obtenção de entradas. As transferências informais de dinheiro assumem a forma de câmbio de moeda forte, contas de pagamento digital não afiliadas a bancos, fóruns de câmbio on-line e pagamentos em criptomoeda ponto a ponto (P2P) que contornam os sistemas de rastreamento tradicionais. A dificuldade para combater essas estruturas reside em identificá-las em primeiro lugar. É nesse ponto que as F Op Esp podem apoiar os esforços interagências. Por meio de interações normais, os CMSE obtêm uma compreensão ampla de como os fatores econômicos afetam a população local e podem identificar os mecanismos, locais e personalidades específicos envolvidos em pagamentos digitais e câmbios on-line. Munidos desse conhecimento, os CMSE colaboram com as embaixadas estadunidenses usando ferramentas interagências. A aplicação de estruturas de conformidade, infraestrutura de verificação baseada em riscos e declarações de necessidades rigorosas tornam mais difícil para esses fundos o alcance dos alvos pretendidos por meio do fluxo de OCS e processos análogos de nações parceiras.

Impedir os mecanismos de conversão. As empresas estatais, as autoridades públicas corruptas, os intermediários informais do poder e as empresas locais fornecem o acesso, o posicionamento e a influência que a China e a

Rússia utilizam para fins de exploração e coerção. A difamação direcionada de autoridades corruptas e entidades comerciais predatórias pode expor os agentes malignos. As equipes de operações psicológicas, juntamente com os CMSE, transmitem mensagens por meio da mídia local, mídias sociais e interações pessoais a respeito dessas autoridades corruptas, viabilizando greves, protestos, processos democráticos locais e campanhas de pressão internacional para destituí-las do cargo ou posições de influência. Da mesma forma, os CMSE podem disponibilizar informações direcionadas para ajudar nas restrições impostas aos engenheiros estrangeiros e expandir os cancelamentos de contratos, obstáculos legais administrativos e litígios para persuadir os adversários a cessar suas atividades e alterar seu cálculo de decisão.

Desorganizar os resultados. A construção e manutenção da infraestrutura física e das redes de *proxies* servem como armas de ação dos adversários. Os resultados da infraestrutura podem ainda representar recursos cruciais que permitem aos adversários exercer uma influência desproporcional nas cadeias de suprimento globais. Medidas ofensivas, como apreensão de ativos, penetração cibernética, sabotagem física, prisões e deportações, ampliam o leque de opções de escalada, se necessário.

Reduzir os efeitos adversos sobre a população. As comunidades, empresas e trabalhadores locais muitas

vezes são os mais afetados pela coerção econômica do adversário e a corrupção associada, principalmente quando envolve mão de obra de imigrantes, danos ambientais e perda da soberania.⁴⁸ A mitigação desses impactos negativos mediante indenizações trabalhistas direcionadas, investimentos econômicos locais, microempréstimos, medidas de proteção ambiental e maior participação da comunidade nas decisões econômicas completaria os esforços para alcançar a negação do acesso financeiro.

Dinheiro no banco ou investimento ruim?

Apesar dos benefícios evidentes da busca de uma abordagem ampliada de CTF para a competição, as questões interrelacionadas de *escopo, escala e capacidade* impedem que o CTF se torne uma solução mágica. Faz sentido que o escopo dos esforços de competição do CTF inclua as redes ilícitas e de corrupção. No entanto, a expansão para incluir as empresas estatais — o braço mais poderoso da política econômica da China — suscita questões sobre a escala. Assim como os conglomerados multinacionais, muitas empresas estatais estão registradas em diversas bolsas de valores estrangeiras. A negação abrangente das empresas estatais por meio do CTF é impossível por si só, sem esforços significativos de diversos parceiros internacionais. Porém, a mitigação e desorganização das atividades malignas de empresas estatais nos países, especialmente relacionadas à BRI, permanecem viáveis.

Outra preocupação válida decorre da dúvida sobre a capacidade do Corpo de Finanças e Controladoria do Exército e das comunidades das F Op Esp para empregar atividades de CTF na escala necessária para afetar o cálculo de decisão do adversário. Até o momento, o corpo de finanças incorporou o CTF como uma competência essencial, estabeleceu células-piloto localizadas junto às F Op Esp, começou a incorporar a análise financeira em adestramentos no nível do teatro de operações e criou programas de treinamento *ad hoc* a partir de cursos existentes oferecidos pela comunidade interagências para impulsionar a curva de aprendizado.

Enquanto os profissionais de finanças das F Op Esp desenvolvem um protótipo da capacidade, a iniciativa financeira mais ampla do Exército deve criar protótipos de desenvolvimento dedicados para planos de carreiras de CTF no nível da Força,

amadurecer a doutrina, bem como fazer concessões na estrutura da Força para otimizar seu capital humano rumo ao sucesso de longo prazo do CTF em toda a força conjunta. A integração e o aproveitamento das capacidades e autoridades atuais relacionadas a finanças nos ASCC e TSOC com as dos parceiros interagências oferecem um retorno sobre o investimento muito grande que os decisores não devem ignorar.

Recursos próprios mediante o combate ao financiamento de ameaças no amplo espectro

Para dissuadir os adversários de explorar parceiros vulneráveis por meio de vetores financeiros, bem como forçar uma mudança de comportamento que os alinhe aos interesses dos EUA, são necessárias novas maneiras de afetar seu cálculo de decisão na competição diária. As medidas preventivas e desorganizadoras do CTF proporcionam uma dessas maneiras: pela integração plena das forças convencionais do Exército, das F Op Esp do Exército e dos parceiros interagências.

Com o foco do Exército nas operações em múltiplos domínios, o exército do teatro de operações — como o ASCC para seu comando unificado designado — é a principal formação do Exército “responsável por dissuadir ou derrotar as influências malignas e a agressão ostensiva de um adversário abaixo do limiar do conflito armado no teatro de operações.”⁴⁹ A reconceituação de como o Exército prepara o teatro de operações — especificamente com uma *abordagem de CTF irregular para negar o acesso financeiro ao adversário* — reforça as contribuições do Exército à dissuasão integrada e expande o alcance das operações de múltiplos domínios para a arena financeira.

A abordagem do CTF em matéria de dissuasão também apoia os esforços para institucionalizar as lições de guerra irregular aprendidas com conflitos passados.⁵⁰ A adaptação, nesse momento, das atividades de CTF contra *proxies*, agentes poderosos corruptos e empresas estatais usadas pela China e pela Rússia para a negação do acesso financeiro aproveitaria e se basearia nas lições do CTF na luta de décadas contra o terrorismo. Aprimorada pela fusão de inteligência, a integração das equipes multifuncionais do ASCC e TSOC promove ainda mais a integração, interoperabilidade e interdependência das SOF e das forças convencionais, estabelecidas ao longo de quase 20 anos de operações de contraterrorismo.⁵¹

Por fim, os fluxos monetários e financeiros não reconhecem as bifurcações militares e civis. Embora os gastos chineses com infraestrutura por meio da BRI sejam qualitativa e quantitativamente diferentes do financiamento de ameaças no Iraque, a adaptação dessas ferramentas e o aprimoramento da escala e do escopo das ferramentas interagências, como as encontradas nos Departamentos do Tesouro e do Comércio, podem ser fundamentais para dissuadir

o comportamento do adversário na zona cinzenta. O CTF reformulado possibilitará uma política econômica estadunidense mais ampla e ajudará o Departamento de Defesa a reforçar a dissuasão integrada por meio de uma tríade abrangente de dissuasão militar *irregular-convencional-nuclear*. Não podemos renunciar a essa oportunidade de mudança, ou então correremos o risco de nos aproximar de nosso próprio xeque-mate. ■

Referências

1. James McConville, *The Army in Military Competition*, Chief of Staff Paper #2 (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 1 March 2021), acesso em 19 set. 2022, <https://api.army.mil/e2/c/downloads/2021/03/29/bf6c30e6/csa-paper-2-the-army-in-military-competition.pdf>.
2. Kevin Bilms, "Gray Is Here to Stay: Principles from the Interim National Security Strategic Guidance on Competing in the Gray Zone", Modern War Institute at West Point, 25 March 2021, acesso em 14 set. 2022, <https://mwi.usma.edu/gray-is-here-to-stay-principles-from-the-interim-national-security-strategic-guidance-on-competing-in-the-gray-zone>.
3. Sara Dudley, Kevin Stringer e Steve Ferenzi, "Beyond Direct Action: A Counter-Threat Finance Approach to Competition", *Kingston Consortium on International Security* (April 2021), acesso em 27 nov. 2022, <https://www.thekcis.org/publications/insight-13>; Jonathan Hillman, "Corruption Flows Along China's Belt and Road", *Center for Strategic and International Studies*, 18 January 2019, acesso em 14 set. 2022, <https://www.csis.org/analysis/corruption-flows-along-chinas-belt-and-road>.
4. Katie Crombe, Steve Ferenzi e Robert Jones, "Integrating Deterrence across the Gray—Making It More than Words", *Military Times* (site), 8 December 2021, acesso em 14 set. 2022, <https://www.militarytimes.com/opinion/commentary/2021/12/08/integrating-deterrence-across-the-gray-making-it-more-than-words/>.
5. Joseph Shimerdla e Ryan Kort, "Setting the Theater: A Definition, Framework, and Rationale for Effective Resourcing at the Theater Level", *Military Review* 98, no. 3 (May-June 2018): p. 55-62, acesso em 14 set. 2022, <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/May-June-2018/Setting-the-Theater-Effective-Resourcing-at-the-Theater-Army-Level/>.
6. Army Regulation 700–137, *Logistics Civil Augmentation Program* (Washington, DC: U.S. GPO, 2017), acesso em 14 set. 2022, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ARN2768_AR700-137_Web_FINAL.pdf. Esse regulamento estabelece um programa regulatório do Departamento do Exército com a descrição de políticas, responsabilidades e procedimentos para a implementação do Programa de Aumento Civil de Logística (Logistics Civil Augmentation Program) para fornecer serviços de logística de espectro total e suporte de base usando contratos de economia de escala para contingências globais.
7. Dudley, Stringer e Ferenzi, "Beyond Direct Action"; veja também, por exemplo, Kevin D. Stringer, "Counter Threat Finance (CTF): Grasping the Eel", *Military Power Revue*, no. 2 (2013): p. 64-70; Danielle Camner Lindholm e Celina Realuyo, "Threat Finance: A Critical Enabler for Illicit Networks", chap. 7 in *Convergence: Illicit Networks and National Security in the Age of Globalization*, ed. Michael Miklaucic and Jacqueline Brewer (Washington, DC: National Defense University Press, 2012).
8. Department of Defense (DOD) Directive (DODD) 5205.14, *DoD Counter-Threat Finance (CTF) Policy* (Washington, DC: DOD, 19 August 2010, incorporating change 3, 3 May 2017), <https://www.esd.whs.mil/Portals/54/Documents/DD/issuances/dodd/520514p.pdf>.
9. Dudley, Stringer e Ferenzi, "Beyond Direct Action".
10. Travis Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*, JSOU Report 20-4 (MacDill Air Force Base, FL: Joint Special Operations University Press [JSOU], 2020), p. 22, acesso em 11 out. 2022, <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1131100.pdf>.
11. Thomas Mahnken, Ross Babbage e Toshi Yoshihara, *Countering Comprehensive Coercion: Competitive Strategies against Authoritarian Political Warfare* (Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 30 May 2018), p. 36-37, acesso em 14 set. 2022, <https://csbaonline.org/research/publications/countering-comprehensive-coercion-competitive-strategies-against-authoritarian/publication/1>.
12. Will Doig, "The Belt and Road Initiative Is a Corruption Bonanza", *Foreign Policy* (site), 15 January 2019, acesso em 14 set. 2022, <https://foreignpolicy.com/2019/01/15/the-belt-and-road-initiative-is-a-corruption-bonanza/>; Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*, p. 59; Arjun Kharpal, "China's Surveillance Tech Is Spreading Globally, Raising Concerns about Beijing's Influence", CNBC, 8 October 2019, acesso em 14 set. 2022, <https://www.cnbc.com/2019/10/08/china-is-exporting-surveillance-tech-like-facial-recognition-globally.html>; Katherine Atha et al., *China's Smart Cities Development* (Vienna, VA: SOS International, January 2020), acesso em 5 out. 2022, https://www.uscc.gov/sites/default/files/China_Smart_Cities_Development.pdf.
13. Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power*, p. 22.
14. Mahnken, Babbage e Yoshihara, *Countering Comprehensive Coercion*, p. 20-21.

15. Wojciech Kononczuk, "Russia's Real Aims in Crimea", Carnegie Endowment for International Peace, 13 May 2014, acesso em 27 nov. 2022, <https://carnegieendowment.org/2014/03/13/russia-s-real-aims-in-crimea-pub-54914>.
16. Army Doctrine Publication (ADP) 1, *The Army* (Washington, DC: U.S. GPO, 31 July 2019), p. 2-8.
17. Field Manual (FM) 4-0, *Sustainment Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 31 July 2019), p. 3-1.
18. ADP 1, *The Army*, p. 2-8.
19. Shimerdla e Kort, "Setting the Theater", p. 61.
20. FM 4-0, *Sustainment Operations*, p. 5-13, A-9, A-11, A-43.
21. Justin Magula, "The Theater Army's Central Role in Integrated Deterrence", *Military Review* 102, no. 3 (May-June 2022): p. 77-89, acesso em 14 set. 2022, <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/May-June-2022/Magula/>.
22. Keith Pritchard, Roy Kempf e Steve Ferenzi, "How to Win an Asymmetric War in the Era of Special Forces", *The National Interest* (site), 12 October 2019, acesso em 27 nov. 2022, <https://nationalinterest.org/feature/how-win-asymmetric-war-era-special-forces-87601>; veja também Thomas Schelling, *Arms and Influence* (New Haven, CT: Yale University Press, 2008), p. 69-73; Tami Biddle, "Coercion Theory: A Basic Introduction for Practitioners", *Texas National Security Review* 3, no. 2 (Spring 2020): p. 94-109, acesso em 14 set. 2022, <https://tnsr.org/2020/02/coercion-theory-a-basic-introduction-for-practitioners/>.
23. Office of the Secretary of Defense, *Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America* (Washington, DC: DOD, 2018), p. 2, 5; Office of the Secretary of Defense, "Fact Sheet: 2022 National Defense Strategy" (Washington, DC: DOD, March 2022), <https://media.defense.gov/2022/Mar/28/2002964702/-1/-1/1/NDS-FACT-SHEET.PDF>.
24. Gráfico criado pelos autores, com base em material adaptado de Barry Blechman e Stephen Kaplan, *Force without War: U.S. Armed Forces as a Political Instrument* (Washington, DC: Brookings Institution Press, 1978); e Joseph Nye, *The Future of Power* (New York: Public Affairs, 2011).
25. Melanie Sisson, James Siebens e Barry Blechman, eds., *Military Coercion and U.S. Foreign Policy: The Use of Force Short of War* (New York: Routledge, 2020), p. 16-50.
26. Ibid., p. 50-56; Phil Haun, "Air Power, Sanctions, Coercion, and Containment: When Foreign Policy Objectives Collide", in *Coercion: The Power to Hurt in International Politics*, ed. Kelly Greenhill and Peter Krause (New York: Oxford University Press, 2018), p. 77-92.
27. *Integrating Deterrence Across the Gray*, vídeo de YouTube, publicado por "SMA Speaker Series", 56:10, 20 January 2022, acesso em 11 out. 2022, https://www.youtube.com/watch?v=rCs_WjwAvqY&t=1s; Elizabeth Rosenberg e Jordan Tama, *Strengthening the Economic Arsenal: Bolstering the Deterrent and Signaling Effects of Sanctions* (Washington, DC: Center for a New American Security, December 2019), p. 10, acesso em 19 set. 2022, <https://s3.amazonaws.com/files.cnas.org/documents/CNAS-Report-Econ-Arsenal-final.pdf?mtime=20191210155831>.
28. Liam Collins e Lionel Beehner, "Thomas Schelling's Theories on Strategy and War Will Live On", *Modern War Institute at West Point*, 16 December 2016, acesso em 19 de set. de 2022, <https://mwi.usma.edu/thomas-schellings-theories-strategy-war-will-live/>.
29. Pritchard, Kempf e Ferenzi, "How to Win an Asymmetric War in the Era of Special Forces".
30. Michael Mazarr, *Understanding Deterrence* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2018), p. 2, acesso em 19 set. 2022, https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/perspectives/PE200/PE295/RAND_PE295.pdf.
31. Desenvolvido pela Cel Sara Dudley, gráfico do Cel David Vandevander.
32. DODD 5205.14, *DoD Counter-Threat Finance (CTF) Policy*.
33. Gráfico criado por um grupo de trabalho do Corpo de Finanças do Exército dos EUA: Cels. Sara Dudley, Nicholas LaSala e David Vandevander; Ten Cel Krystyl Pillion; Maj Joshua Lakey; e Cap Jon Bobb.
34. Federal Financial Institutions Examination Council, *Bank Secrecy Act/Anti-Money Laundering Examination Manual* (Arlington, VA: Federal Financial Institutions Examination Council, 2014), acesso em 19 set. 2022, <https://bsaaml.ffiec.gov/manual>.
35. Para um exemplo de matriz de PMESII/ASCOPE, veja a Joint Publication (JP) 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: U.S. GPO, 25 April 2018), p. IV-6, acesso em 19 set. 2022, https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_24.pdf; e JP 5-0, *Joint Planning* (Washington, DC: U.S. GPO, 16 June 2017), p. IV-11. Fatores PMESII-PT: político, militar, econômico, social, informação, infraestrutura-ambiente físico e tempo; ASCOPE: áreas, estruturas, capacidades, organizações, população e eventos. Esse construto de análise foi desenvolvido pelo Cap Jon Bobb no grupo de trabalho do Corpo de Finanças. [NT: Cf. PMESII-AT e AECOPE no âmbito do Exército Brasileiro.]
36. O Departamento de Defesa considera os elementos básicos do poder nacional: diplomacia, informacional, militar e econômico com instrumentos adicionais de poder, como financeiro, inteligência e segurança pública (DIMEFIL, na sigla em inglês).
37. Robert Blackwell e Jennifer Harris, *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016), p. 223.
38. Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*, p. 65.
39. Ibid., p. 87.
40. Ibid., p. 65.
41. Christopher Balding, "Why Democracies Are Turning against Belt and Road: Corruption, Debt, and Backlash", *Foreign Affairs* (site), 24 October 2018, acesso em 19 set. 2022, <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-10-24/why-democracies-are-turning-against-belt-and-road>. Para um estudo de caso fictício de uma equipe multifuncional de Forças Especiais/assuntos civis/operações psicológicas (Op Psc) com controle operacional para o Comando de Operações Especiais para a África (com apoio a distância do centro de guerra de informação do 8º grupo de Op Psc em Fort Bragg, Carolina do Norte), desorganizando as atividades econômicas chinesas na África, veja 1st Special Forces Command (Airborne), *A Vision for 2021 and Beyond* (Fort Bragg, NC: U.S. Army Special Operations Command, August 2021), p. 12-13, acesso em 19 set. 2022, <https://www.soc.mil/USASFC/Documents/1sfc-vision-2021-beyond.pdf>.
42. Clemens, *Special Operations Forces Civil Affairs in Great Power Competition*, p. 80; Dudley, Stringer e Ferenzi, "Beyond Direct Action".
43. Beth Noveck e Victoria Alsina, "More Than a Coin: The Rise of Civic Cryptocurrency", *Forbes* (site), 27 March 2018, acesso em 19 set. 2022, <https://www.forbes.com/sites/bethsimonenoveck/2018/03/27/>

[more-than-a-coin-the-rise-of-civic-cryptocurrency/#224c2d-4f6b68.](https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/July-August-2021/Sims-Economic-Compellence/)

44. Sara Dudley et al., "Evasive Maneuvers: How Malign Actors Leverage Cryptocurrency", *Joint Force Quarterly* 92 (1st Quarter, 2019), acesso em 19 set. 2022, <https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-92/jfq-92.pdf>.

45. Danny Vincent, "One Day Everyone Will Use China's Digital Currency", BBC News, 24 September 2020, acesso em 19 set. 2022, <https://www.bbc.com/news/business-54261382>; Andrew Work, "China's DCEP Will Be the World's Sputnik Money Moment", Forkast, 10 August 2020, acesso em 19 set. 2022, <https://forkast.news/china-cbdc-digital-currency-e-rmb-launch-preview-andrew-work/>; Helen Partz, "Bank of Russia Issues Consultation Paper on Digital Ruble", Cointelegraph, 13 October 2020, acesso em 19 set. 2022, <https://cointelegraph.com/news/bank-of-russia-issues-consultation-paper-on-digital-ruble>.

46. Gráfico criado pelos autores, adaptado da estrutura desenvolvida por Nathan Leites e Charles Wolf, *Rebellion and Authority: An Analytic Essay on Insurgent Conflicts* (Santa Monica, CA: RAND Corporation, 1970), p. 35, acesso em 11 out. 2022, <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2006/R0462.pdf>.

47. Esse construto se baseia na estrutura de sistemas desenvolvida por Leites e Wolf em *Rebellion and Authority*.

48. Bradley Jardine, "Why Are There Anti-China Protests in Central Asia?", *Washington Post* (site), 16 October 2019, acesso em 19 set. 2022, <https://www.washingtonpost.com/>

[politics/2019/10/16/why-are-there-anti-china-protests-central-asia/.](https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/September-October-2022/Duckenfield/)

49. U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet 525-3-8, *The U.S. Army Concept for Multi-Domain Combined Arms Operations at Echelons above Brigade 2025–2045* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 6 December 2018), p. 35, acesso em 19 set. 2022, <https://adminpubs.tradoc.army.mil/pamphlets/TP525-3-8.pdf>; veja também FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 1 October 2022), p. 4-12, 4-13, acesso em 27 nov. 2022, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/ARN36290-FM_3-0-000-WEB-2.pdf.

50. Office of the Secretary of Defense, *Summary of the Irregular Warfare Annex to the National Defense Strategy* (Washington, DC: DOD, 2020), p. 3, acesso em 21 nov. 2022, <https://media.defense.gov/2020/Oct/02/2002510472/-1-1/0/Irregular-Warfare-Annex-to-the-National-Defense-Strategy-Summary.PDF>.

51. Jason Wesbrock, Glenn Harned e Preston Plous, "Special Operations Forces and Conventional Forces Integration, Interoperability, and Interdependence", *PRISM* 6, no. 3 (December 2016), acesso em 19 set. 2022, <https://cco.ndu.edu/PRISM-6-3/Article/1020999/special-operations-forces-and-conventional-forces-integration-interoperability/>; FM 6-05, *Multi-Service TTPs for Conventional Forces and Special Operations Forces Integration, Interoperability, and Interdependence* (Washington, DC: U.S. GPO, 25 January 2022), acesso em 27 nov. 2022, https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_d/ARN34466-FM_6-05-000-WEB-1.pdf.

Military Review

RECOMENDAMOS



Em "The Evolution of Economic Compellence", Christopher Sims, Ph.D., descreve como o aspecto econômico do poder nacional tem sido usado há muito tempo para proteger os interesses nacionais, influenciar o comportamento de outros atores e alcançar objetivos na arena internacional. Para ler esse artigo da edição de julho-agosto de 2021 da *Military Review*, acesse <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/July-August-2021/Sims-Economic-Compellence/>. Disponível também em português: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeiro-Trimestre-2022/Sims/>.



Em "Economic Sanctions", Mark Duckenfield, Ph.D., descreve como as sanções econômicas são um método de coerção que os Estados usam para alcançar seus objetivos políticos internacionais, seja para impedir uma ação, forçar uma mudança de comportamento ou punir outro Estado. Para ler esse artigo da edição de setembro-outubro de 2022 da *Military Review*, acesse <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/September-October-2022/Duckenfield/>. Disponível também em português: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Julho-Dezembro-2022/Duckenfield/>.